

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Este documento consiste em Estudo Técnico Preliminar – ETP, da etapa de planejamento da contratação, que servirá para avaliar a viabilidade de contratação de serviços e embasar o termo de referência, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa nº. 03, de 2023.

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:

- a) Identificar a necessidade da área demandante;
- b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
- c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
- d) Preparar informações para a elaboração do termo de referência.

A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos da Instrução Normativa nº. 03, de 2023.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A Administração Pública deve manter controle efetivo sobre seus bens patrimoniais, assegurando sua correta identificação, registro, valorização e acompanhamento ao longo de sua vida útil, em conformidade com as normas contábeis e com as exigências dos órgãos de controle.

No âmbito do SEMAE Piracicaba, verifica-se a necessidade de aprimoramento da gestão patrimonial, especialmente no que se refere à atualização dos registros físicos e cadastrais dos bens, à melhoria da qualidade das informações existentes e à adequação dos procedimentos às normas vigentes de contabilidade aplicada ao setor público.

Atualmente, identificam-se desafios relacionados à consistência e confiabilidade da base de dados patrimonial, à rastreabilidade dos bens, à integração das informações com os sistemas corporativos da Autarquia e à disponibilização de informações completas e atualizadas para fins de controle interno, prestação de contas e tomada de decisão.

Soma-se a isso a necessidade de estruturar mecanismos adequados de controle sobre os bens reversíveis vinculados à Parceria Público-privada (PPP), de modo a assegurar condições para sua adequada fiscalização, acompanhamento e gestão pela Administração.



Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de adoção de medidas que permitam a organização, atualização e consolidação das informações patrimoniais da Autarquia, com vistas a garantir maior transparência, confiabilidade dos registros, conformidade contábil e eficiência na gestão dos ativos públicos.

A ausência de tais medidas pode resultar em inconsistências nos registros contábeis, dificuldades na fiscalização e no controle dos bens, riscos de perda de informações patrimoniais e fragilidades na governança, impactando diretamente o interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A necessidade descrita na cláusula primeira deste ETP está prevista no **item 918**, do Plano de Contratações Anual do exercício de 2026.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com o objetivo de identificar soluções disponíveis no mercado que atendam à necessidade de aprimoramento da gestão patrimonial da Autarquia, foram analisadas alternativas tecnicamente viáveis para atendimento do objeto:

I. Execução direta pela Administração

A execução das atividades por meio de equipe própria da Autarquia foi considerada. Contudo, essa alternativa apresenta limitações relevantes, tais como:

- insuficiência de recursos humanos disponíveis;
- ausência de equipe especializada para execução de inventários patrimoniais em larga escala;
- necessidade de dedicação exclusiva, com potencial impacto nas atividades finalísticas;
- ausência de estrutura operacional para realização de levantamento físico sistematizado e saneamento de dados.

Dessa forma, a execução direta não se mostra adequada para atendimento da demanda.

II. Contratação de serviços de forma fragmentada

Outra alternativa considerada foi a contratação individualizada de serviços distintos, tais como inventário físico, avaliação patrimonial e organização da base de dados. Entretanto, essa abordagem apresenta desvantagens como:

- risco de despadronização metodológica;



- dificuldade de integração entre bases de dados produzidas por diferentes fornecedores;
- aumento da complexidade na gestão e fiscalização contratual;
- possibilidade de retrabalho e inconsistências nos registros.

Assim, a contratação fragmentada não se mostra eficiente para o atendimento integral da necessidade.

III. Contratação de solução integrada de gestão patrimonial

Foi identificada no mercado a disponibilização de empresas especializadas na execução integrada de serviços de gestão patrimonial, englobando levantamento físico, organização e tratamento de dados, bem como suporte à conformidade contábil e à estruturação de informações patrimoniais. Essa alternativa permite:

- padronização dos procedimentos;
- integração entre levantamento físico e base de dados;
- maior confiabilidade das informações;
- otimização do tempo de execução;
- redução de inconsistências e retrabalho;
- melhor suporte à gestão e controle patrimonial.

Dessa forma, a solução integrada evidencia-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico e operacional.

Comparando-se todas as soluções consultadas, conclui-se que a mais vantajosa é a opção III, pelas seguintes razões:

- A solução possibilita a padronização das informações patrimoniais, melhoria da confiabilidade dos dados e integração com o sistema da Autarquia, contribuindo para o fortalecimento dos controles internos e da gestão dos ativos.
- A contratação apresenta-se vantajosa ao reduzir retrabalho, inconsistências e custos futuros, além de proporcionar melhoria na gestão patrimonial e no planejamento de investimentos.
- A solução prioriza o uso de meios digitais, reduzindo o consumo de papel, e permite a adoção de práticas que otimizam deslocamentos e minimizam impactos ambientais.



4. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme justificado na cláusula terceira, deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução eleita apresenta as seguintes especificações:

Consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e operacionalização voltados à reestruturação da gestão patrimonial do SEMAE Piracicaba, contemplando a organização, atualização e padronização das informações relativas aos bens da Autarquia.

A solução abrange a realização de inventário físico dos bens, incluindo levantamento “*in loco*”, identificação, registro fotográfico e emplaquetamento, bem como a avaliação e mensuração patrimonial em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público.

Engloba, ainda, o saneamento e a consolidação da base de dados patrimonial, com estruturação em formato compatível para integração ao sistema patrimonial da Autarquia, visando à melhoria da confiabilidade, rastreabilidade e gestão das informações.

Adicionalmente, a solução contempla a realização de diagnóstico e a elaboração de diretrizes normativas para o controle e a gestão dos bens reversíveis vinculados à Parceria Público-privada (PPP), com foco no suporte à fiscalização e à governança por parte da Administração.

A execução ocorrerá de forma integrada, permitindo maior padronização dos procedimentos, otimização dos resultados e fortalecimento da gestão patrimonial ao longo do tempo.

Trata-se de objeto de natureza comum, uma vez que os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo compostos por atividades padronizáveis, repetitivas e amplamente disponíveis no mercado especializado.

De acordo com as diretrizes da Instrução Normativa nº. 11, de 2023, preliminarmente, foram identificados os seguintes riscos inerentes à contratação:

RISCO	CAUSA	IMPACTO	MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL
Inconsistência dos dados	Falhas no inventário	Base patrimonial comprometida	Validação e fiscalização	Ambos
Incompatibilidade com sistema	Layout inadequado	Falha na importação	POC e testes	Ambos



Falhas no inventário	Erro de identificação	Dados incorretos	Padronização	Contratada
Atrasos	Problemas logísticos	Compromete cronograma	Planejamento	Ambos
Conciliação incorreta	Base antiga inconsistente	Risco contábil	Critérios claros	Ambos
Dados PPP insuficientes	Dependência concessionária	Diagnóstico prejudicado	Registro de limitações	Contratada
Falha na importação	Erro estrutural	Sistema não funcional	Validação final	Ambos

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, segundo os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº. 09, de 2023, uma vez que as especificações são apenas as necessárias para atendimento das necessidades usuais da Autarquia.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO.

Os quantitativos foram definidos considerando o histórico dos levantamentos patrimoniais realizados em anos anteriores com equipe própria da administração, com um acervo estimado em 6.000 itens, distribuídos em todas as localidades administradas pelo SEMAE, conforme planilha de endereços (Anexo III) incluído no processo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

Em relação à solução eleita como a mais vantajosa, além do orçamento apresentado pelo fornecedor, foram consultadas várias fontes que estão em anexo a esse processo, em atendimento à disciplina do art. 23, da Lei nº. 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa nº. 06, de 2023, resultando no total estimado para a contratação de **R\$ 126.456,51** (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve ser parcelada quando tecnicamente viável e economicamente vantajosa. Contudo, no presente caso, não se mostra adequado o parcelamento do objeto, em razão de sua natureza integrada e interdependente.



O objeto compreende um conjunto de atividades que se desenvolvem de forma sequencial e complementar, tais como levantamento físico dos bens, identificação, registro, avaliação patrimonial, saneamento das informações, conciliação da base de dados e integração com o sistema da Autarquia.

Ademais, a adoção de solução integrada possibilita ganhos de escala, maior eficiência operacional e melhor controle dos resultados, assegurando maior confiabilidade das informações patrimoniais e maior aderência aos objetivos da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de uma única empresa se mostra técnica e economicamente mais vantajosa, não sendo recomendável o parcelamento do objeto.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o atendimento satisfatório da necessidade da Autarquia e, conforme prática usual do mercado para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, são necessários os seguintes requisitos para a contratação:

- Execução integrada das atividades de gestão patrimonial, abrangendo levantamento físico, organização e tratamento de dados, avaliação patrimonial e estruturação das informações;
- Observância das normas de contabilidade aplicada ao setor público, especialmente o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP);
- Entrega de base de dados estruturada e compatível com o sistema patrimonial da Autarquia, apta à importação e uso operacional;
- Garantia de padronização dos procedimentos, rastreabilidade das informações e confiabilidade dos dados gerados;
- Execução dos serviços com recursos próprios da contratada, incluindo equipe, materiais, equipamentos e logística necessários;
- Priorizar a utilização de meios digitais para registro e transmissão de informações;
- Utilizar racionalmente insumos e materiais;
- Planejar deslocamentos de forma a reduzir impactos ambientais;
- Realizar destinação adequada de resíduos eventualmente gerados;
- Execução prévia de serviços de inventário físico e conciliação patrimonial, envolvendo, no mínimo, 50% do quantitativo estimado (aproximadamente 3.000 itens);
- Experiência em avaliação patrimonial de ativos, incluindo aplicação de Teste de Recuperabilidade (Impairment), conforme MCASP e NBC TSP;



- Experiência em consultoria ou diagnóstico de bens reversíveis em contratos de concessão ou Parcerias Público-Privadas (PPP);
- Indicação de equipe técnica mínima composta por:
- Contador, com registro ativo no CRC, responsável pelas atividades contábeis e financeiras;
- Profissional avaliador (Engenheiro ou equivalente), com registro no CREA ou CAU, responsável pelas avaliações patrimoniais.

Considerando que apenas analisando as especificações da proposta não é possível aferir, com segurança, o pleno atendimento das condições de aceitabilidade do objeto, principalmente quanto à compatibilidade com as soluções já adotadas pela Autarquia, será necessário realizar prova de conceito da solução proposta pelo licitante classificado em primeiro lugar.

Os critérios de aceitabilidade da prova de conceito, assim como os prazos, serão definidos no Termo de Referência.

9. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS

O objeto que se pretende contratar não guarda relação com nenhum contrato.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação objeto deste ETP, almeja-se alcançar os seguintes objetivos:

- Disponibilização de base de dados patrimonial saneada, estruturada e compatível com o sistema corporativo, apta à integração e uso operacional;
- Melhoria da rastreabilidade e identificação dos bens, por meio de sua adequada catalogação, registro e identificação física;
- Adequação dos registros patrimoniais às normas contábeis aplicáveis ao setor público, garantindo maior fidedignidade das informações;
- Redução de inconsistências e melhoria da qualidade dos dados, contribuindo para maior transparência e confiabilidade;
- Fortalecimento dos mecanismos de controle interno, fiscalização e governança patrimonial;
- Disponibilização de subsídios técnicos para o planejamento, manutenção e substituição de ativos, com impactos positivos na gestão administrativa e orçamentária;



- Estruturação de diretrizes para o controle dos bens reversíveis vinculados à PPP, ampliando a capacidade de acompanhamento e fiscalização pela Autarquia.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA AUTARQUIA

Para a execução do objeto deste ETP, serão necessárias as seguintes providências por parte da Autarquia:

- Disponibilização das informações e documentos necessários, especialmente a base patrimonial existente, para subsidiar a execução dos serviços;
- Indicação formal de gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e validação das etapas;
- Apoio institucional para facilitação do acesso às unidades e aos bens, incluindo definição de responsáveis locais, quando necessário;
- Disponibilização de acesso ao sistema de gestão patrimonial, para fins de validação e testes de importação dos dados;
- Realização de alinhamentos iniciais com a contratada, visando à definição de fluxos, prazos e procedimentos;
- Validação dos produtos entregues em cada etapa, conforme os critérios de medição e aceite estabelecidos.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Como se trata de uma prestação de serviços inteiramente intelectual e administrativa (consultoria e inventário em escritório ou visitas técnicas), os riscos ambientais são classificados como **baixos ou insignificantes**, não gerando impactos ao meio ambiente (como poluição ou desmatamento).

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Conforme levantamento de mercado indicado na cláusula terceira deste Estudo Técnico Preliminar, é possível concluir que a solução mais viável, sob os aspectos técnicos, econômicos e ambientais é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de consultoria e operacionalização voltados à reestruturação da gestão patrimonial do SEMAE - Piracicaba**, contemplando a organização, atualização e padronização das informações relativas aos bens da Autarquia.



A solução abrange a realização de inventário físico dos bens, incluindo levantamento “*in loco*”, identificação, registro fotográfico e emplaquetamento, bem como a avaliação e mensuração patrimonial em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao setor público.

Engloba, ainda, o saneamento e a consolidação da base de dados patrimonial, com estruturação em formato compatível para integração ao sistema patrimonial da Autarquia, visando à melhoria da confiabilidade, rastreabilidade e gestão das informações.

Adicionalmente, a solução contempla a realização de diagnóstico e a elaboração de diretrizes normativas para o controle e a gestão dos bens reversíveis vinculados à Parceria Público-privada (PPP), com foco no suporte à fiscalização e à governança por parte da Administração.

A execução ocorrerá de forma integrada, permitindo maior padronização dos procedimentos, otimização dos resultados e fortalecimento da gestão patrimonial ao longo do tempo.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Nome Servidor: Maria Alice da Silva Santos

Cargo/função: Chefe de Divisão

Matrícula nº:976-1

Assinatura:





Assinaturas do documento



"Anexo I_Estudo Tecnico Preliminar"

Código para verificação: **V6YD78OQ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ALICE DA SILVA SANTOS (CPF: ***.461.958-**) em 10/06/2026 às 14:40:37 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 16/07/2025 - 16:03:28 e válido até 16/07/2028 - 16:03:28.

(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2026/006267 e o código **V6YD78OQ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.